

# **ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E A INSTRUMENTALIZAÇÃO PARADIPLOMÁTICA UTILIZADA PARA OBTENÇÃO DE RECURSOS POR ENTIDADES SUBNACIONAIS BRASILEIRAS (ESTADO MEMBRO E MUNICÍPIOS) ENTRE OS ANOS DE 1984 A 2018**

Juliano Paniago de Alcântara

Prof. Dr. Leonardo Mèrcher<sup>2</sup>

## **RESUMO**

A globalização financeira construída nas últimas décadas é um fenômeno que associado as relações políticas, construiu a partir da metade do século XX, relacionamentos interdependentes entre países no cenário internacional, formando um complexo sistema originado da interconexão financeira nacional dos Estados, que possibilitou entre outros aspectos, a formação de intenso fluxo de capitais que ultrapassaram barreiras territoriais, e que atualmente, realizam investimentos diretos em entes subnacionais. Assim, surgiram intensas atividades internacionais destes governos que transformaram a rotina diplomática ao apresentar novas formas de fazer política externa dando origem a atuação paradiplomática destes atores. No Brasil, o crescimento considerável do ativismo internacional dos entes federados autônomos, ocorrido principalmente a partir da década de 1980, exigiu avanço do Estado (União) para se adequar ao desafio de criar e desenvolver políticas públicas que coordenassem diretrizes aptas a concretizar a atuação descentralizada de poder na formação de parcerias e captação de recursos externos. Por isso, o presente estudo visa esclarecer de forma geral, como tem funcionado este sistema amparado no olhar teórico das relações internacionais que explicam estes acontecimentos, as instituições financeiras integrantes dele, além de como o Estado brasileiro operacionaliza este processo, em especial, como os entes subnacionais, a exemplo da experiência exitosa dos municípios de São Paulo, Porto Alegre e Estado-Membro do Rio de Janeiro, se estruturaram para realizar a captação de recursos junto aos organismos e instituições financeiras internacionais. Já que tais soluções mostraram-se alternativa importante para efetivação de políticas públicas, que visaram atender demandas sociais regionais e locais. Neste sentido,

---

1 Graduado em Administração de Empresas pela UNAERP de Ribeirão Preto, graduado em Direito pela Universo de Goiânia e graduando em Ciência Política pela Uninter.

2 Doutor em Ciência Política (UFPR, 2016) com Bacharelado (2006) e Especialização (2009) em Relações Internacionais Contemporâneas pela PUC-Rio. Também possui Licenciatura (CEUCLAR, 2014) e Bacharelado (EMBAP, 2015) em Belas Artes e Licenciatura em Biologia (CEUCLAR, 2016), além de Especialização em Comunicação, Cultura e Arte (2011) e em História Social da Arte (2011) pela PUC-PR. Voluntário do Centro de Informações das Nações Unidas, pertencente ao Secretariado Geral da ONU (2004-05) no Palácio Itamaraty. Analista Internacional no Consulado Geral dos EUA, Rio de Janeiro (2005-2007). Professor Pesquisador associado ao Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NEPRI/UFPR, 2011-presente) e fundador do periódico científico Conjuntura Global (UFPR, 2012) no qual foi Editor Executivo (2012-2015). Professor Universitário em Artes e Relações Internacionais desde 2009, integrando o corpo docente UNINTER em 2013. Atualmente é professor vinculado aos cursos superiores de Ciência Política, Relações Internacionais, Artes Visuais, Comércio Exterior, Gestão Pública e Secretariado Executivo Trilíngue.

foi realizada revisão bibliográfica de caráter qualitativo descritivo, utilizando como referencia ampla doutrina baseada em livros, artigos e materiais congêneres publicados no período de 1984 e 2019, tendo, por objetivo, esclarecer a dinâmica da obtenção internacional de investimentos e como o corpo federativo subnacional incorpora em suas estruturas, atuação técnico-qualificada para realizar a obtenção de investimentos junto aos organismos internacionais de financiamento.

**Palavras-chave:** Globalização Financeira. Construtivismo. Interdependência Complexa. Organizações Financeiras Internacionais. Entes subnacionais brasileiros. Instrumentalização Paradiplomática.

## 1 INTRODUÇÃO

A globalização tornou-se a matriz essencial das Relações Internacionais contemporâneas no final da década de 1980, pois recontextualizou a vida social em torno do construtivismo social, que passou a acreditar em numa nova ordem que possibilitasse maior harmonia entre atores sociais e que não se resumissem ao poder dos Estados Nacionais. Novos agentes surgiram diante do novo contexto relacional entre os países, transformando a nova ordem, gerando novas discussões acerca de questões ideológicas e concepções de sociedades. (MANCHACA; RIBEIRO; MALLMANN; PEREIRA, 2015).

Assim um novo ritmo foi imprimido e interligou interesses nacionais e diminuiu as diferenças culturais, reforçando e fomentando o discurso integracionista o que permitiu o surgimento de uma nova política internacional que modificasse seus agentes, e com isso os Estados foram transformados e resignificados em um novo processo de ideias e normas, criando assim uma nova da realidade quanto na formação das identidades e interesses (MANCHACA; RIBEIRO; MALLMANN; PEREIRA, 2015).

Para Whight (2002 *apud* PERPÉTUO; CERQUEIRA, 2017), a atual sociedade internacional mostra-se em um ambiente complexo em que ocorre a interação entre diversos atores – e em muitos níveis. Jung (2001 *apud* PERPÉTUO; CERQUEIRA, 2017) afirma que tal dinâmica – e os impactos que provoca à governança global – é definida como a totalidade de uma reprodução econômica, política e simbólica, pela qual se tem por base uma sociedade ideal moderna.

Assim, o surgimento deste novo ambiente complexo tornou-se interdependente na visão de Keohane e Nye *apud* Solomón (2016) caracterizando a formação de múltiplos canais e atores entre as sociedades internacionais promovendo entre eles efeitos recíprocos e em alguns casos até mútua dependência (KEOHANE; NYE *apud* SALOMÓN, 2016).

Perpétuo e Cerqueira (2017), reforçam este contexto quando descrevem que o espaço internacional tornou-se, um ambiente integrado de interação – voltado principalmente à democracia –, o que valorizou a identidade e a cidadania global, já que a partir de então, os governos locais passaram a se apresentar como atores relevantes na sociedade, dada sua responsabilidade de intermediar a cidadania e as decisões necessárias no âmbito das relações internacionais – muitas vezes decisivas para o desenvolvimento que pretende atingir.

Os entes subnacionais passaram então a ter o desafio de articular a obtenção recursos externos no cenário internacional – junto a bancos de importação e exportação, organismos privados, agências governamentais internacionais, fundações e organismos multilaterais de crédito - para efetivar a consecução de seus objetivos sociais, de forma a ampliar investimentos na melhoria de seus serviços oferecendo desta forma, suporte as suas estruturas orçamentárias além de programará instrumentalização paradiplomática necessária auxiliar o alcance deste objetivo (BIANCHETTI, 201-).

No Brasil, a fim de se adequar a esta nova construção social complexamente interdependente, a paradiplomacia passou a ser uma importante ferramenta a disposição dos estados membros – bem como para os municípios – na negociação e efetivação de seus propósitos no ambiente internacional, pois se trata de uma ferramenta que permite ampliar o potencial de representação do ente público no campo da política externa, e ainda, conquistar benefícios muito além dos financeiros, como parcerias comerciais, turísticos, políticos e sociais – complementando desta forma, a política externa de desenvolvimento nacional (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

Gonçalves e Oliveira (2017a) informam que os entes subnacionais brasileiros compreendem a importância que a paradiplomacia de caráter subnacional representa, principalmente quanto aos benefícios e problemas que ela pode resolver. Já que desde os anos 80 a administração pública vem apresentando algum tipo órgão que operacionalize as

atividades inerentes as Relações Internacionais (RIs), por exemplo, a maior parte dos Estados-Membros brasileiros, 22 até o momento, além de 366 municípios.

Neste sentido, importa destacar a experiência exitosa observada no Estado do Rio de Janeiro e municípios de São Paulo e Porto Alegre (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a). O que explica a necessidade de discorrer e aprofundar o tema, no intuito de propiciar a discussão e incentivo, de forma a aprofundar a implementação da paradiplomacia em outras regiões do país, contribuindo assim para o desenvolvimento e aplicação de projetos de requinte internacional para a melhoria da sociedade. (JUNQUEIRA, 2015).

Assim, de acordo com este contexto, o presente estudo analisa a importância que a atual abordagem oferecida pela composição doutrinária que relaciona as RIs como ferramenta de compreensão humana do processo de interação que a globalização contemporânea impulsionou na articulação entre o sistema de financeiro internacional, a paradiplomacia e seus instrumentos congêneres, permitindo assim, que possam ser fomentados projetos públicos subnacionais pelos Estados-membros e municípios brasileiros (CASTRO, 2012).

Para isso, foi realizada revisão bibliográfica produzida no período compreendido entre 1984 e 2019, de perfil qualitativo descritiva, por meio de análise de obras que discutem o assunto em vasta doutrina especializada, que considerou publicações em livros, artigos e outros similares (SEVERINO, 2012), uma vez que este tipo de estudo solicita do pesquisador, a descrição de fenômenos de cunho científico que expliquem o objeto de estudo (CASARIN E CASARIN, 2012).

## **2 A DINÂMICA GLOBAL FINANCEIRA SOB A ÓTICA DO CONSTRUTIVISMO E INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA**

Afirma Lapid (1989 *apud* LOURETE, 2010) que a perspectiva construtivista das RIs tem origem na obra de Nicholas Onuf, em 1989. O teórico defende, conforme Rocha (2008 *apud* LOURETE, 2010), que existe uma hierarquia como critério de escolha de seus objetivos, no intuito de, assim, maximizar benefícios enquanto se reduz custos. Os construtivistas

analisam as RIs como relações sociais em que normas e agentes se influenciam mutuamente construindo uma nova realidade social isto é, nos processos que dão origem às instituições e regras que regulam a vida social (SEARLE, 2010 *apud* SALOMÓN, 2016).

Segundo Maia (2012, p. 113):

A geração de teóricos [...] que assimilou as influências pós-modernistas foi rotulada de “construtivista” devido à sua ênfase característica na construção social da política mundial, impondo-se como uma terceira via do debate inter-paradigmático por meio de sua notória capacidade de “fazer a ponte” e se comunicar entre concepções filosóficas contraditórias.

Castro (2012, p. 385) confirma este entendimento:

A escola construtivista tem sido referenciada como paradigma de expressiva influência intra e interdisciplinar e tem gerado exponencial interlocução por teóricos de várias gerações. O paradigma construtivista inaugura a terceira geração de debates nas Relações Internacionais, abrindo novos caminhos para as questões prementes da política entre os Estados e demais entes do cenário externo. A escola construtivista tem origem diversificada, com raízes trans e multidisciplinares, embora tenha recebido particular encaixe nas ciências sociais e políticas, revelando a essencialidade dos processos de construção mútua dos pilares do saber e do agir internacionais.

Para Lourete (2010, p. 128), “os construtivistas focam, em processos relacionados a socialização, educação, persuasão, discurso e internalização de normas para entender os meios pelos quais a governança internacional se desenvolve”. Geralmente tais procedimentos mostram-se complexos, pois envolve a participação de muitos atores que convergem ao longo do tempo, embora contribuam para que ocorram mudanças significativas “[...] nas percepções de identidade nacional, agendas internacionais e de meios pelos quais interesses nacionais possam ser atingidos”.

Keohane e Nye (2012 *apud* ARAUJO, 2018) complementam a visão deste processo quando explicam o novo padrão de relacionamento que se formou entre os Estados – após a Segunda Guerra e com ápice no século XXI – por meio da teoria da interdependência complexa, em que se pressupõe a cooperação entre os atores do sistema. Para que seja possível gerenciar esse movimento involuntário que advém de uma maior integração das cadeias globais – e dos avanços delas decorrentes –, é preciso que aqueles países com menor relevância ajam de maneira coordenada para maximizar seus ganhos.

Assim, a interdependência complexa apresenta uma realidade multifacetada, pela qual o mundo analisado, sob sua perspectiva, se adapta mais às relações que emergiram na segunda metade do século XX. Nesse período, a sociedade conecta-se por múltiplos canais, a agenda é multitemática – não possuindo uma consistente hierarquia entre os assuntos – e o uso da força militar não se mostra um recurso viável entre governos que estão numa mesma região – ou temas –, considerando que o que prevalece é a interdependência (ARAUJO, 2018), ou seja, a força militar mostra-se irrelevante na resolução de conflitos entre membros de uma mesma aliança (CADEMARTORI; SANTOS, 2016).

Segundo Gonçalves e Oliveira (2017a, p. 102), a Interdependência Complexa mostra-se uma perspectiva analítica relevante, pois permite analisar os diversos atores e interesses presentes no mundo globalizado. No que concerne ao âmbito da política externa brasileira, pode-se afirmar que as decisões que dela derivam estão “sujeitas à interação e à disputa de diferentes atores, sejam governamentais, sejam do setor privado [...]”.

Para Araujo (2018, p. 11-12), “as externalidades produzidas em um cenário de interdependência complexa [...] podem servir ao Brasil como forma de assimilação de conhecimento tecnológico e aumento da produtividade de sua economia”. Isso porque, quando uma economia se mostra disponível às influências internacionais, permite-se que capital novo seja introduzido, trazendo, consigo, a fronteira do conhecimento.

Segundo Konishi, Mendonça e Ribeiro (2015, p. 285), a partir do progresso da globalização durante o século XX, muitas dúvidas surgiram a respeito do advento de seus novos atores, isso porque, até então, apenas o Estado-Nação atuava junto ao cenário internacional, mas com o advento dos fenômenos da globalização – e suas tecnologias –, houve crescente aumento dos “[...] movimentos transnacionais, subnacionais, não-governamentais, atuação da sociedade civil, de integração regional e de cooperação [...]”. Inclusive, o que se observa, são as mudanças que ocorreram entre os países, dado o desenvolvimento das instituições internacionais e o aprofundamento das relações entre entes que se deram no âmbito externo.

Segundo Dantas (2011), a visão bipolar do mundo que se tinha no período pós Guerra Fria, com a divisão entre Estados Unidos da América (EUA) e a então União Soviética, entrou em colapso com o surgimento da expressão globalização – ou mundialização, como

se referem os franceses. Assim denominada por McLuhan por volta dos anos 60, para referir-se à aproximação entre os Estados, suas características apresentavam perspectivas culturais, econômicas, sociais e políticas. Buscava-se, com isso, uma homogeneização na forma de agir e se comunicar, bem como realizar operações comerciais, refletir quanto à política internacional e outras questões.

Jacobovicz (2003, p. 1) corrobora esta visão, considerando, sob sua perspectiva, que a globalização é um fenômeno em que se presencia a queda de fronteiras entre mercados que, até então, se encontravam separados. Dessa forma, a globalização financeira forma um único mercado de dinheiro em âmbito mundial, que se caracteriza pelo lugar e tempo, isso porque “[...] as diversas praças estão cada vez mais interconectadas pelas modernas redes de comunicações; e tempo, pois funcionam vinte e quatro horas por dia, do Extremo Oriente, da Europa e das Américas”.

Dessa forma, percebe-se que a diplomacia encontra um novo conceito diante de uma nova complexidade, dado que a globalização – considerando os fenômenos dela decorrentes, como comunicação e transporte – trouxe mudanças nas áreas da economia, tecnologia e sócio-política e, conseqüentemente, mais necessidades e requerendo mais dinamismo para as soluções que se apresentam (KONISHI; MENDONÇA; RIBEIRO, 2015).

Plihon (2007), ao defender que a mundialização é um fenômeno complexo que abrange uma diversidade de processos. Em primeiro lugar, no entanto, abre-se as economias nacionais às transações internacionais, bem como ao desenvolvimento das trocas de bens e serviços numa dimensão internacional. Num segundo momento, tal fenômeno permite a mobilidade internacional dos fatores de produção, principalmente à dos capitais – a qual denominou-se de globalização financeira, que ganhou impulso com as políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelas políticas neoliberais originadas das autoridades econômicas norte-americanas”. (Rossoni ,2017).

A partir daí, formou-se um processo que passou a interligar os mercados de capitais nacionais aos internacionais, conduzindo o surgimento de um mercado unificado monetário em escala planetária, que tendo suporte em fatores de origem múltiplas, - política, demográfica e tecnológica - passou a permitir melhor circulação e formalização de

investimentos diretos no “mercado estrangeiro” por meio de empresas multinacionais, reduzindo mais ainda as fronteiras entre nações (PLIHON, 2007).

Um dos impactos provocados por tal globalização, segundo Yonekura (2004), refere-se a uma maior integração que deu entre os sistemas financeiros nacionais, principalmente nos países desenvolvidos e os emergentes. Exemplo disso é o avanço tecnológico na informática, pelo qual a *internet* permitiu, além da telefonia e mídia, contribuir positivamente para consolidação desta integração. Além da formação de blocos econômicos funcionar como fator determinante que impactou a agilidade na transação de fluxos de capitais entre mercados internacionais. Além disso, para os países emergentes, avanços positivos de investimentos em capital produtivo, maior disponibilidade de poupança – bem como de instrumentos para melhor gerenciamento de riscos por parte dos investidores – e, ainda, maior facilidade e controle de financiamento de déficits fiscais (Tesouro Direto).

Neste sentido conclui Jacobovicz (2003, p. 1):

[...] as finanças internacionais estão se desenvolvendo de maneira autônoma, tendo apenas uma relação indireta com o financiamento dos intercâmbios e dos investimentos da economia mundial. Este crescimento exponencial das finanças internacionais corresponde a principal parte das operações financeiras internacionais e consiste nos movimentos permanentes de vaivém entre as moedas e os diversos instrumentos financeiros.

### **3 ORGANIZAÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS E O FINANCIAMENTO PÚBLICO PARADIPLOMÁTICO NO BRASIL**

Segundo Decicino (2013), as organizações internacionais ou organismos – também denominados de instituições multilaterais – prestam-se a atuar em colaboração com áreas diversas para melhoria de política, economia, saúde, segurança e outros setores da sociedade que requerem desenvolvimento e, sendo assim, foram criadas pelas principais nações do mundo para esse propósito.

O financiamento estrangeiro pode vir de bancos ou agências governamentais internacionais, órgãos multilaterais e fundações, além de outros exemplos de instituições que



disponibilizam milhões de dólares para projetos todos os anos. Estas organizações atuam então como cofinanciadoras dos projetos brasileiros (BRASIL, 2013).

Os Organismos Multilaterais de Desenvolvimento e Agências Governamentais são instituições governadas por políticas próprias, nos aspectos operacionais, administrativos e de pessoal e por políticas setoriais, que dão orientação em campos de atividades específicos. Essas instituições, também, possuem suas próprias políticas de aquisição e de divulgação de informações, bem como diferentes procedimentos de contratação e implementação de projetos (BRASIL, 2013).

Uma dessas entidades é a Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OCDE), a qual trata-se de um fórum que articula políticas públicas entre as nações mais desenvolvidas no mundo. Foi fundada em 1961 e tem, como atuação, o território econômico e políticas sociais, como educação, saúde, emprego e renda (DECICINO, 2013).

No Brasil OCDE é um importante provedor de cooperação Sul-Sul , pois tem concentrado seu programa na América Latina e na África enriquecendo as discussões sobre a promoção efetiva do desenvolvimento e questões relacionadas ao financiamento externo do desenvolvimento. De acordo com os números mais recentes publicados pelo governo brasileiro, a cooperação brasileira total para odes envolvimento atingiu US\$ 923 milhões em 2013. Além de contribuições do país para organizações multilaterais, como o Banco Mundial e as Nações Unidas, o Brasil tem participado ativamente em novas estruturas multilaterais da incluindo o Novo Banco de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (OCDE, 2018).

De forma complementar, no âmbito do BRICS, tem avançado decisões no sentido de estabelecer-se um arranjo contingente de reservas, para financiamentos no valor de US\$ 100 bilhões, que funcionará como mecanismo de salvaguarda para eventuais crises de balanço de pagamentos, além de criar um novo Banco de Desenvolvimento, cujo capital inicial foi estimado em US\$ 50 bilhões. Trata-se de iniciativas que visam complementar os benefícios obtidos com as estruturas nacionais e multilaterais existentes e que não deixam de ter o efeito de estimular a aceleração da reforma da governança global na área econômico-financeira (GODINHO, 2018).

Para Barreto (2009), o encontro de Bretton Woods mostrou-se um marco ao redesenho da forma com que funcionava o capitalismo, isso porque, quando em julho de 1944, o sistema financeiro internacional se encontrava precário. Dessa forma, além do Brasil, outros 43 países encontraram-se na cidade de Bretton Woods – localizado no Estado de New Hampshire nos EUA –, nesse ano, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, tendo por meta reconstruir o capitalismo mundial por meio de regras que regulassem a política econômica internacional. Definiu-se que cada país deveria manter a taxa de câmbio de sua moeda “congelada” ao dólar, além ter sido criado o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), ou seja, instituições multilaterais que ficariam encarregadas de acompanhar esse novo sistema financeiro, bem como de assegurar liquidez na economia.

As duas instituições supracitadas foram criadas em 27 de dezembro de 1945, embora as mesmas tenham papéis e perfis de financiamentos diferentes, sendo que, apenas após dois anos de sua fundação é que começaram a entrar em operação (VILLELA, 2014). De acordo com Rodrigues, Villas Boas e Bastos (2017), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram criados sob a liderança do presidente dos EUA, sendo que, com o tempo, o primeiro passou a colaborar financeiramente com os países mais empobrecidos.

Decicino (2013), defende que o FMI foi criado no intuito de promover e estabilizar financeiramente o mundo, ao oferecer empréstimos a juros baixos aos países que enfrentam dificuldades financeiras. No entanto, a entidade solicita, por sua vez, que o país a que oferta colaboração lhe dê garantias de que irão perseguir metas macroeconômicas, como “como equilíbrio fiscal, reforma tributária, desregulamentação, privatização e concentração de gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura”.

Anteriormente denominado de “Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento” (BIRD), o Banco Mundial, por sua vez, originou-se da Conferência de Bretton Woods, também voltado à reconstrução de países que foram atingidos pela Segunda Guerra Mundial (BRASIL, 201-b). Suas áreas de investimento eram a “[...] educação, saúde, administração pública, agricultura, meio ambiente, infraestrutura, desenvolvimento financeiro e de recursos naturais” (BIANCHETTI, 201-).

Essa transformação do BIRD em Banco Mundial e deu devido à incapacidade do primeiro em suprir determinadas demandas, sendo que, em 1956, a organização – agora mais complexa –, deu origem à Corporação Financeira Internacional (CFI), tendo por metas expandir o investimento privado aos países que se encontram em desenvolvimento. Em 1960 foi criada a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), enquanto que em 1966 e 1988 originaram-se, respectivamente, o Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) (BRASIL, 201-b).

O Banco Mundial é composto de cinco agências: (i) o Banco Internacional Para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que realiza empréstimos e cooperação técnica não reembolsável para países membros elegíveis; (ii) a Associação Internacional de Desenvolvimento – IDA que concede empréstimos em termos altamente concessionais e doações para os países menos desenvolvidos; (iii) a Corporação Internacional de Financiamento – IFC que realiza empréstimos, participação acionária e assistência técnica para o setor privado dos países em desenvolvimento; (iv) a Agência Multilateral de Garantias de Investimento – MIGA que concede garantias para investidores de países em desenvolvimento contra perdas causadas por riscos não comerciais; e (v) o Centro Internacional para Solução de Disputas de Investimentos – ICSID que realiza mediações e arbitragens (BRASIL, 2013).

O Grupo BID é composto por três instituições, segundo Brasil (2013):

1 O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que apoia o desenvolvimento socioeconômico e a integração regional da América Latina e do Caribe, principalmente mediante empréstimos a instituições públicas, com garantia soberana. Financia também projetos do setor privado, especialmente em infraestrutura e desenvolvimento de mercados de capitais. As grandes áreas prioritárias apoiadas pelo BID incluem as que promovem equidade social e redução da pobreza; reforma econômica e modernização do Estado; e integração regional (BRASIL, 2013);

2 A Corporação Interamericana de Investimentos (CII), a qual tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe estimulando o estabelecimento, a ampliação e a modernização das empresas privadas, particularmente das pequenas e médias empresas. A instituição atua por meio de empréstimos e participação acionária (BRASIL, 2013);

3 O Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), que é um fundo autônomo administrado pelo BID que possui como missão atuar como um laboratório para o desenvolvimento – experimentando, empreendendo e assumindo riscos com o objetivo de construir e apoiar modelos de sucesso de micro e pequenas empresas. Para tornar os projetos efetivos, o FUMIN está engajado com medidores de resultado e impacto rigorosos, e compartilhamento ativo de conhecimento, assim as soluções podem ser amplamente aproveitadas e podem ganhar escala (BRASIL, 2013).

Outras instituições que dão apoio financeiro são:

- *A Italiana Medio Credito Centrale* – criada em 1952 (MAIA, 2012);
- *A Alemã KfW/Banken group*, fundada em 1948, que é uma agência oficial do Governo alemão, com sede em Frankfurt. Na condição de instituto central de crédito da federação e dos estados, é um banco de fomento para a economia doméstica alemã e um banco de desenvolvimento oficial para países em Desenvolvimento (MAIA, 2012);
- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) – tendo este ligação com a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e sendo criado em 1977 (MAIA, 2012);
- Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), uma instituição financeira pública francesa que financia e acompanha projetos que visam melhorar as condições de vida das populações, promover o crescimento econômico, proteger o meio-ambiente e ajudar os países frágeis ou recém-saídos de crises. Os principais produtos financeiros oferecidos pela AFD são: empréstimos a governos e entidades públicas ou privadas; subvenções a projetos de alto impacto sem rentabilidade imediata que possibilitem captação de empréstimo; garantias para incentivar instituições bancárias a conceder empréstimos a empresas pequenas e médias; e participações em fundos próprios geridos pela PROPARCO (sociedade para promoção e participação na cooperação econômica (MAIA, 2012);
- O *Japan Bank for International Cooperation (JBIC)* é, por sua vez, um organismo que se constitui inteiramente de capital fornecido pelo governo japonês. Foi criado em 1999 e seus orçamentos têm por base a aprovação do Parlamento. Suas metas são fornecer apoio financeiro ao investimento externo e ao comércio internacional – das empresas japonesas –, bem como dar apoio aos países que se encontram em desenvolvimento por meio de

recursos oferecidos para melhorar sua infraestrutura. A JICA, também do governo japonês, foi criada em 1974 e presta assistência em mais de 150 países (MAIA, 2012);

- Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA), uma agência especializada das Nações Unidas, tem como finalidade a mobilização de recursos financeiros adicionais para o incremento da produção agrícola dos países em desenvolvimento, focalizando, especialmente, pequenos produtores rurais, trabalhadores sem-terra e outros segmentos da população rural pobre. Sua missão específica é o combate à fome e à pobreza rural nos países em desenvolvimento, a melhoria das condições de suprimento alimentar e o alívio da pobreza por meio da elaboração e do financiamento de projetos que possam aumentar o nível de renda dessas populações. O Fundo apoia nove áreas majoritárias, quais sejam: desenvolvimento agrícola; serviços financeiros; infraestrutura rural; pecuária; pesca; treinamento e capacitação institucional; armazenagem, processamento e venda de alimentos; desenvolvimento de micro e pequenas empresas (MAIA, 2012);

- *Global Environment Facility* (GEF) – em português traduz-se para Fundo Global para o Meio Ambiente –, é uma organização financeira independente, formada por 182 países, que desempenha o papel de agente catalisador para atuar na melhoria do meio ambiente mundial. Nesse sentido, o Fundo financia, de forma não reembolsável, atividades relacionadas a biodiversidade, mudanças climáticas (mitigação e adaptação), degradação do solo, além de outras áreas em períodos futuros (MAIA, 2012).

Quanto às agências de cooperação e financiamento na América Latina, tem-se as seguintes:

- A Corporação Andina de Fomento (CAF), que foi criada em 1968 e tem como sede a Venezuela. Trata-se de uma instituição financeira multilateral e atende os setores público e privado aos governos dos Estados que lhe são acionistas, bem como instituições financeiras e organizações – privadas e públicas (MAIA, 2012). Os objetivos de suas ações voltam-se ao desenvolvimento sustentável e integração regional (CAF, 201-);

- Outro órgão é o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o qual apoia políticas e programas para desenvolver a modernizar os países que se encontram na América Latina e Caribe (BIANCHETTI, 201-). Foi criado em 1959 e também realiza

pesquisas de vanguarda, além de oferecer assessoria de políticas e assistência técnica para seus clientes – públicos e privados – que se encontram na região (BID, 2018);

- O Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata (FONPLATA) é uma empresa boliviana criada em 1977 (MAIA, 2012). Seu objetivo é reduzir a diferença socioeconômica e de complementar os esforços realizados pelas instituições de desenvolvimento nacional, por meio de projetos pequenos e médios em áreas geográficas delimitadas (FONPLATA, 20--);
- O *Fondo para el Financiamiento del Sector Agropecuario* (FINAGRO), por sua vez, é uma instituição que dá assistência técnica para capacitar entidades, a exemplos de Organizações Não Governamentais (ONGs), além de associações e fundações (MORI, 2009 *apud* ARAUJO; *et al.*, 2011);
- O salvadorenho *Banco Multisectorial de Inversiones* (BMI) também atua na área rural (ARAUJO; *et al.*, 2011), mas foca-se nas empresas de médio porte, embora com empréstimos agora também foca as micro e pequenas (IIC, 201-);
- O Banco Agropecuário (AGROBANCO) é peruano e foi criado em 2006 (ARAUJO; *et al.*, 2011), tendo por meta atender basicamente projetos rurais, visando aqueles de pequeno e médio porte, promovendo-lhes assistência técnica, alfabetização financeira, produtividade e incentivos de práticas verdes (AGROBANCO, 201-);
- O Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE) foi criado em 1960 (BCIE, 201-a). Localiza-se em Honduras, mas mantêm escritórios regionais na Guatemala, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. Seus projetos visam reduzir a desigualdade social e a pobreza, bem como inserir os parceiros na economia mundial, dando ênfase à sustentabilidade (BCIE, 201-b);
- O Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC) foi criado em 1969 em Bridgetown – Barbados – e entrou em operação no ano seguinte (BRAGA, 1984). Seu foco de atuação é redução da pobreza, sendo que alguns dos países beneficiados são Jamaica, Suriname e Haiti (BRASIL, 2016);
- O Banco Latino-americano de Exportações (BLADEX) foi organizado em 1977 e estabelecido como uma corporação em 1978 segundo as Leis do Panamá – local de sua sede –, embora o início de suas operações tenha sido somente em 1979 (BLADEX, 20--b).

Algumas de suas atividades voltam-se à solução de exportação e importação, como por exemplo, locação transfronteiriça, empréstimos de curto e médio prazo e cartas de crédito (BLADDEX, 20--a);

- Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento da Estrutura Institucional do Mercosul (Focem), por sua vez, tem a finalidade de “financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social [...]”, principalmente em regiões menos favorecidas, bem como tem, ainda, a função de “[...] apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração”. Suas operações iniciaram-se em 2007 e contribuíram, ao longo de seu funcionamento, com mais de 40 projetos, os quais voltaram-se à “[...] habitação, transportes, incentivos à microempresa, biossegurança, capacitação tecnológica e aspectos sanitários” (BRASIL, 201-a);
- O Fundo Latino Americano de Reservas (FLAR) denominava-se anteriormente de Fundo Andino de Reservas (FAR), mas, quando em 1989, transformou-se devido às necessidades de expansão para os demais países da América Latina até então não incluídos no Fundo. Tem se mostrado relevante por conta de ser o único órgão – de seu tipo – na esfera regional, concedendo até mais empréstimos que o FMI, a seus países membros (FLAR, 201-).

Desde os anos 90, o Brasil tem aprofundado sua inserção externa nas dimensões comercial e financeira. No que diz respeito ao contexto da atual globalização financeira, a relação que se dá entre o regime cambial e o comportamento dos fluxos – comerciais e financeiros – tornou-se ainda mais complexa. A abertura financeira ampliou-se a partir dos anos 80 e se intensificou nos anos posteriores (MAIA, 2012).

Contudo, segundo Maia (2012, p. 302):

Em que pese à extensão da inserção brasileira nos fluxos privados externos de capitais, os entes subnacionais (estados e municípios) continuam isolados dos mercados internacionais de capitais, impedidos que são, de levantarem recursos mediante, emissão direta de títulos nos mercados externos de bônus.

Prova disso é que a primeira ação do Governo Federal se deu apenas em 1997, quando criou-se a Assessoria de Relações Federativas (ARF) por meio do Ministério das

Relações Exteriores (MRE), tendo por objetivo “intermediara relação entre o corpo diplomático e as unidades subnacionais brasileiras através da coordenação ou orientação da atuação internacional dos entes federados, ao que se seguiu a criação de escritórios de representação regional do MRE”, sendo que, assim, foi possível aprofundar a coordenação da chancelaria brasileira com os governos locais (MIKLOS, 2011 *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017b, p. 60). Em uma gestão posterior, quando em 2003, a ARF transformou-se em Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (AFEPA), junto à criação da Subchefia de Assuntos Federativos (SAF), no intuito de, assim, buscar por uma ampliação na cooperação do Executivo com os Estados – e seus municípios (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017b).

Para Costa (2012 *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017b), essas mudanças tornaram possível consolidar e conferir legitimidade à dimensão subnacional da política externa brasileira, sendo que, nos anos de 2011 a 2016, lançaram-se dois projetos voltados à cooperação descentralizada. Essas ações permitiram descentralizar a política externa brasileira, enquanto se abriu maior campo à paradiplomacia aos entes subnacionais, mesmo que ainda dentro das diretrizes da política exterior nacional.

Os números que, entre os anos de 1980 e 2009, apontaram como sendo 511 as operações de crédito externo efetuadas pelo setor público, totalizando quase US\$ 72 bilhões. No que concerne ao que foi de fato contratado, foram 253 empréstimos, com um total de quase US\$48 bilhões e, em relação aos estados, somaram 204 operações, com um resultado de US\$20,97 bilhões, em sua maioria provenientes do Banco Mundial e BID – ambos representando uma importante fonte de financiamento ao território nacional (MAIA, 2012). No entanto, o que se observou nos últimos anos foi uma transferência na captação de recursos externos da esfera federal para os entes subnacionais – tendo por base as operações efetuadas e os valores que dela se somaram (MAIA, 2012).

Algumas prefeituras a partir dos anos 90, as práticas de paradiplomacia que se têm conhecimento foram estimuladas pelo governo federal como um instrumento de desenvolver o território nacional. Atualmente, a mesma se encontra normalizada, com uma institucionalidade bastante estável e que tem, como apoio, as redes de colaboração



formalizadas de gestores, sejam eles municipais ou estaduais. (GONÇALVES; OLIVEIRA, (2017b)

Vigevani (2006 *apud* GONÇALVES; OLIVIERA, 2017, p. 95) afirma que as razões do crescimento da participação externa dos entes federados se deve muitas vezes à ineficiência “dos governos centrais em atender às necessidades políticas e econômicas, impulsionando-os a relacionar-se com suas contrapartes ou mesmo com governos centrais de outros Estados e instituições internacionais”.

Em termos gerais, mesmo quando os Estados investem na projeção de sua imagem no âmbito internacional, essa ação normalmente busca parcerias e investimentos e não independência em questões estratégicas, que sejam discutidas à parte do governo federal. No Brasil, as decisões estratégicas de política externa são exercidas exclusivamente pelos agentes diplomáticos. Os Estados e municípios brasileiros não têm ingerência na definição das metas e estratégias da política exterior brasileira e não é comum que os entes subnacionais se posicionem sobre acontecimentos internacionais, muito menos de maneira distinta das notas oficiais do MRE. Seguindo a linha argumentativa de Salomón e Nunes (2007), excluídas as questões afetadas à alta política – questões estratégicas –, as áreas internacionais das unidades subnacionais se articulam ao redor de duas dimensões temáticas: a promoção econômica e a cooperação política e técnica.

A promoção econômica conta com amplo apoio institucional de órgãos federais como a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) e a Rede Nacional de Informações sobre Investimento (Renai), que, além de manter contato com os Estados a esse respeito, promove cursos de capacitação técnica (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

No que tange às exportações, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) criou e trouxe para o âmbito do Plano Nacional de Exportações o Plano Nacional de Cultura Exportadora que foi lançado oficialmente em vários Estados (RIO DE JANEIRO, 2017).

Essas ações deixam claro o interesse do governo federal nas questões relacionadas à promoção econômica dos entes subnacionais, especialmente os Estados. É interessante notar que há um esforço de coordenação entre os interesses nacionais e os regionais, principalmente em relação ao desenvolvimento (RIO DE JANEIRO, 2017).

A cooperação técnica dos governos subnacionais com suas contrapartes – ou mesmo governos centrais – em outros países ocorre normalmente com participação da Agência Brasileiro de Cooperação - ABC, a exemplo dos projetos de cooperação descentralizada (RIO DE JANEIRO, 2017).

Em termos de cooperação política, é comum que Estados e municípios brasileiros tenham “cidades irmãs” – por meio da assinatura de declarações conjuntas de irmanamento – e assinem memorandos de entendimento com suas contrapartes para cooperar em determinados temas. Entretanto, como não há base jurídica forte para a atuação internacional dos governos subnacionais, esses documentos tornam-se declarações de intenções e não são juridicamente vinculantes (OLIVEIRA, 2014*apud* RIO DE JANEIRO, 2017).

Um tema sensível é a captação de financiamentos externos, pois, de todas as ações internacionais subnacionais, é a que possui o maior controle do governo federal, uma vez que a União é avalista dos empréstimos e todo o processo tem que passar pelo poder legislativo. Além disso, a Lei nº 9.496, de 1997, (base para a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal) possui um forte teor restritivo da capacidade estadual de contratar operações de crédito interno e externo (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

A partir disso, é possível observar que o governo federal está atento ao fenômeno da paradiplomacia e vem atuando em conjunto com entidades subnacionais, buscando coordenar a atividade internacional paradiplomática. Se essa atuação do MRE é suficiente ou se há necessidade de um controle maior das atividades subnacionais por parte do governo central, isso é um debate que ainda pode render frutos para a academia e que deve envolver mais estudo empírico sobre o tema (RIO DE JANEIRO, 2017).

[...] a diversidade temática leva ao contato direto e à troca constante de informações com órgãos do Governo Federal, como, MRE, MDIC (Ministério de Indústria, Comércio Exterior e Serviços), ABC, Apex-Brasil, assim como com o Escritório de Representação do MRE no Rio de Janeiro (ERERIO) e com a Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares (Afepa) (RIO DE JANEIRO, 2017).

Em relação aos critérios para que tais órgãos financiadores assumam o investimento, pode-se afirmar que alguns deles visam áreas específicas, fazem estudo do capital da contrapartida – uma vez que o processo conta com reciprocidade entre países – e, por fim,

aprovação da União para com o contrato estabelecido, fase esta em que passa pelo órgão denominado de Comissão de Financiamentos Externos (Cofix) (BIANCHETTI, 201-).

Compete ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizar a preparação de projetos ou programas do setor público com apoio de natureza financeira de fontes externas, mediante prévia manifestação da Cofix –órgão colegiado integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –, instituída pelo Governo Federal em 1990, e reorganizada pelo Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000 (BRASIL, 2013).

É preciso apresentar à Cofix, pois é este o órgão do Governo Federal que vai ou não autorizar o contrato internacional, com a garantia da União – mesmo que o banco tenha interesse no financiamento – se o projeto precisa ser aprovado pela entidade, dado que, caso contrário, não haverá possibilidade da parceria internacional (BRASIL, 2013).

Para ser submetido à análise da Cofix, o projeto se “transforma” na carta consulta, uma espécie de plano de negócios, que deve conter requisitos mínimos, de acordo com o Decreto nº 9.075 de 2017 e a Resolução COFIEX nº 291. É levado em conta, por exemplo, a compatibilidade do projeto com as metas fiscais do setor público – a chamada capacidade de endividamento –, os aspectos técnicos do projeto e se o solicitante do empréstimo tem ou teve bom desempenho em outros projetos cofinanciados (BIANCHETTI, 201-).

A contratação de empréstimos externos que a União garante é apresentada pela Figura 1.

Figura 1 – Contratação de empréstimos externos garantidos pela União

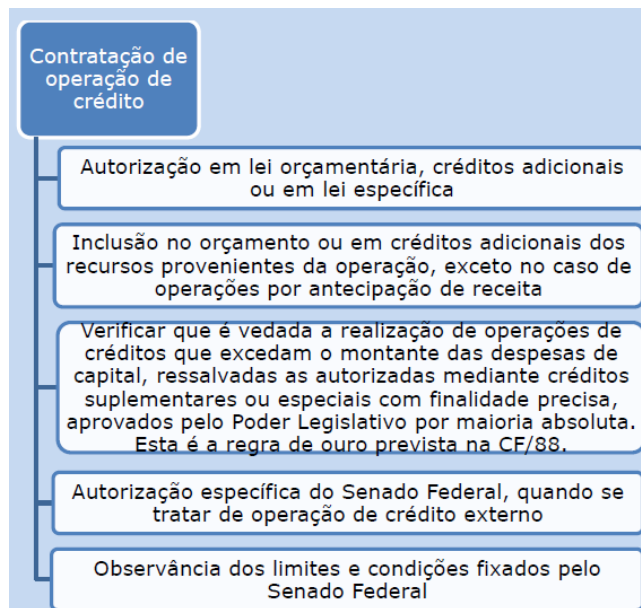


Fonte: Brasil (2010).

Importante destacar os ensinamentos de Maurício e Kayanoki (201-) quanto a observância pelos entes subnacionais quanto ao que determina a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), quando prevê os limites de dívida pública e operações de crédito<sup>3</sup>. Para sua realização, o presidente da República tem no mínimo 90 dias e máximo 270 para enviar ao Senado Federal e Congresso Nacional as propostas de limite de dívida pública, respeitando, para isso, a Constituição de 1988. De acordo com os autores, todas as entidades federativas estão sujeitas a essas observâncias, e o empréstimo não deve ser maior que as despesas de capital. A Figura 2 apresenta a forma com que a contratação de operação de crédito se dá.

Figura 2 – Contratação de operação de crédito.

3 Maurício e Kayanoki (201-, p. 49) conceituam operação de crédito como o compromisso que se assume mutuamente, para, por exemplo, “[...] abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações semelhantes [...]” ou, ainda, até mesmo para uso de derivativos financeiros. Em outras palavras, equipara-se ao reconhecimento de dívidas pelo ente da Federação.



Fonte: Maurício e Kayanoki (201-, p. 54).

A LRF, preconiza ainda que em âmbito da União, a responsabilidade de análise da contratação da operação de crédito esta a cargo do Ministério da Fazenda e órgão congênere nas demais esferas de governo (entes subnacionais) que devem observar e cumprir os limites estabelecidos, tendo ainda por fundamento, o parecer de órgãos técnicos e jurídicos considerando a relação custo-benefício, bem como o interesse econômico e social da operação que se pretende realizar (MAURÍCIO; KAYANOKI, 201-).

Assim, os Estados-Membros e os Municípios devem observa:

[...]

- I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;
- II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;
- III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;
- IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;
- V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;
- VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar (MAURÍCIO; KAYANOKI, 201-, p. 52).

A obtenção de recursos externos esta limitada a ato realizado pelo ente federativo não podendo as organizações componentes da estrutura estatal realizar os credito diretamente como preconiza o artigo 35:

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetua-se da vedação a que se refere o caput as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II - refinar d'vidas não contraídas junto à própria instituição concedente (MAURÍCIO; KAYANOKI, 201-, p. 57).

Nota-se portanto que os entes subnacionais tem interesse em buscar apoio externo para o desenvolvimento de projetos cofinanciados deve observar uma série de boas práticas de gestão, já que cada órgão financiador possui diretrizes distintas a serem seguidas alem da normatização brasileiro, o que exige do ente subnacional a incorporação em suas estruturas da instrumentalização paradiplomática necessária para atender estes requisitos que exige elaborado planejamento (DE NITTIS, s.d.)

#### **4 A PARADIPLOMACIA BRASILEIRA E SUA INSTRUMENTALIZAÇÃO NOS ENTES SUBNACIONAIS BRASILEIROS – ESTADOS MEMBROS E MUNICÍPIOS**

As pesquisas voltadas à atuação internacional de entes subnacionais são, de certa forma, recentes, isso porque seu debate se iniciou quando na década de 80, por meio da literatura norte-americana quando esta mencionava um “novo federalismo” que estaria provocando algumas mudanças na forma com que tais entes atuavam. O nome dado de paradiplomacia se deu devido à cunha que Duchacek (1986) e Soldatos (1990) deram, como um neologismo do termo “*parallel diplomacy*” (AGUIRRE, 1999 *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

Isso pode ser corroborado pelo que afirma Duchacek (1986 *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a), ao defender que o termo se refere às ligações políticas que fazem com que governos não centrais mantenham contato com o comércio, indústria, centros culturais em outros continentes e além de diversos ramos e agências estrangeiras de governos nacionais. Soldatos (1990 *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a) define o termo como aquelas atividades internacionais que realizam-se diretamente por atores subnacionais, a exemplo de regiões, comunidades urbanas e cidades, as quais dão apoio, complementam, corrigem, duplicam e desafiam a diplomacia do Estado-Nação. Nesse sentido, o que se refere ao “para” – da expressão paradiplomacia – diz respeito ao uso da diplomacia que ocorre fora da estrutura tradicional do Estado, ou seja, uma atividade que se dá de forma paralela.

Santana (2009 *apud* KONISHI; MENDONÇA; RIBEIRO, 2015), por sua vez, defende que o termo tem como característica fundamental a cooperação, dado que as cidades, por exemplo, trocam muitas informações entre si a respeito de urbanismo, saneamento, infraestrutura e habitações.

No entanto, Gonçalves e Oliveira (2017a) destacam que a paradiplomacia apresenta diversas conceituações no intuito de explicar como se dá a atuação internacional dos entes federados, principalmente no que concerne à intensificação externa das atividades externas de tais entidades.

Sua história iniciou-se, na América Latina, por volta dos anos 90, embora apenas durante os anos posteriores é que desenvolveu-se de maneira acentuada devido à democratização de alguns países. A Argentina, por exemplo, mostra-se avançada em relação aos seus vizinhos, dado que sua Constituição preconiza a liberdade de entes subnacionais em atuar no cenário internacional, ao contrário de outras nações que ainda possuem restrições às transações, no entanto, deve-se considerar que os demais países em seu entorno possuem, mesmo quando em tempos de paz, divergências e desigualdades na maneira com que conduzem seu país, e isso faz com que a integração e relação entre si oscilem consideravelmente. Para que essas diferenças sejam atenuadas, precisa-se também que tais países busquem alinhar sua organização – interna e externa –, estimulando atividades paradiplomáticas (GUERRA, 2015).

A captação de recursos estrangeiros prestam-se a contribuir com o financiamento e projetos, sendo que, especialmente no Brasil, esse processo – no âmbito de governo estadual – se deu a partir dos anos 80, quando uma série de procedimentos foi estabelecida. A forma com que ocorre essa obtenção se dá por meio de contratação de empréstimos – com prévia autorização do Governo Federal – junto aos órgãos de cooperação ao desenvolvimento, sejam aqueles multilaterais – a exemplo do Banco Mundial e BID – ou bilaterais, como as que são as agências de assistência ou até mesmo bancos oficiais externos que estimulam a exportação. Diferente de outros países, os Estados do Brasil estão sob tutela da União e, portanto, não podem receber financiamento de forma direta de tais organizações (MAIA, 2012).

Em termos gerais, mesmo quando os Estados investem na projeção de sua imagem no âmbito internacional, essa ação normalmente busca parcerias e investimentos e não independência em questões estratégicas, que sejam discutidas à parte do governo federal. No Brasil, as decisões estratégicas de política externa são exercidas exclusivamente pelos agentes diplomáticos (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

Os Estados e municípios brasileiros não têm ingerência na definição das metas e estratégias da política exterior brasileira e não é comum que os entes subnacionais se posicionem sobre acontecimentos internacionais, muito menos de maneira distinta das notas oficiais do MRE (SÁLOMON; NUNES, 2007).

De acordo com Vigevani (2006), as unidades subnacionais têm se mostrado relevantes no que concerne à presença internacional, sendo que, no Brasil, pode-se afirmar que estão assumindo posição de novos atores. Inclusive, segundo Ribeiro (2009), as ferramentas da paradiplomacia das unidades subnacionais são quase tão amplas quanto as que são apresentadas pelos Estados centrais, fazendo uso, para isso, de meios, estruturas e instrumentos parecidos aos que são utilizados pelos governos centrais, embora com algumas particularidades.

Algumas práticas adotadas por tais municípios para sua implementação são, segundo Ribeiro (2009), a irmanação de cidades – que seria a cooperação entre partes para obtenção de determinado objetivo –, intercâmbio de boas práticas e acordos bilaterais, a exemplo de territórios livres de armas nucleares ou espaços dedicados a refugiados.



Ainda segundo Ribeiro (2009, p. 60):

Tais práticas de caráter peculiar dos governos locais apontadas somam-se ainda à sua facilidade para formarem parte de redes internacionais diversas. Carece referir-nos aqui aos diferentes tipos de redes internacionais, conformadas com base nos objetivos da sua constituição, e nas quais os governos subnacionais municipais podem inserir-se. Na prática, contudo, um aspecto que se verifica é que apesar da riqueza existente no amplo leque destas organizações reticulares, nem todos os municípios possuem condições mínimas para a elas se associarem, já que isto demanda taxas de adesão e custos para a participação em encontros internacionais diversos.

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) (2011 *apud* JUNQUEIRA, 2015) cita que as primeiras estruturas locais de internacionalização foram no Rio de Janeiro e Porto Alegre (RS), quando em 1993, conforme reflexos provenientes da Eco 92 e do Fórum Social Mundial – que ocorreram em ambas as cidades, respectivamente.

Especificamente quanto ao Estado do Rio de Janeiro, de acordo com Gonçalves e Oliveira (2017a), em 2007 foi um marco para a paradiplomacia nesse território, pois a área de RIs do Estado ganhou status de subsecretaria, a qual vinculou-se à Secretaria da Casa Civil pelo Decreto nº 41.324 de 2008.

Nessa unidade federativa, a Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI) divide-se em cinco áreas “[...] quatro assessorias temáticas (Cooperação Internacional, Comércio e Investimentos, Financiamentos Externos e Relações Institucionais) e a Assessoria Especial” (GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a, p. 104). As funções da Assessoria de Financiamentos Externos voltam-se a captar recursos externos para financiar projetos do governo desse Estado, seja nas mais diversas áreas. Entre os anos de 2007 e 2015, foram 24 os projetos finalizados de financiamento, totalizando quase US\$ 7 bilhões, sendo que os principais financiadores foram o BIRD, BID, CAF, Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e JBIC (OLIVEIRA, 2014 *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

De acordo com Junqueira (2015, p. 80), “[...] a Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) do Rio de Janeiro (RJ) apresenta quadro com cerca de dez funcionários, ficando atrás somente de São Paulo (SP), e substituiu a antiga Assessoria Internacional do Rio de Janeiro criada em 1986”. Gonçalves e Oliveira (2017b), por sua vez, defendem que a Assessoria Especial propicia suporte direto ao Subsecretário, pela qual se gerencia as

atividades administrativas, coordena a atuação dos grupos de trabalho específicos, além de outras tarefas que sejam necessárias de acordo com o Subsecretário.

Para Gonçalves e Oliveira (2017a), essa estrutura institucional que o Estado do Rio mantém permite à unidade subnacional de promover oportunidades de negócios e atrair investimentos, fazendo ainda com que haja ampliação da possibilidade de cooperação, de financiamento externo e visibilidade desse território no âmbito externo, contribuindo, assim, para sua inserção internacional.

A Assessoria de Financiamentos Externos tem suas atividades voltadas para a captação de recursos externos que são destinados a financiar projetos do governo do Estado em suas diversas áreas. Entretanto, a captação de financiamentos externos é uma atividade complexa e geralmente demorada por envolver diretamente o governo federal, necessitando de sua aprovação, já que é a União que cobre a dívida em caso de *default*. A assessoria trabalha com captação de financiamentos reembolsáveis e não reembolsáveis, além de doações. No período de 2007 a 2015, essa assessoria finalizou 24 projetos de financiamentos reembolsáveis, somando um valor de cerca de US\$ 7 bilhões. Os principais financiadores foram: Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF), Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e Japan Bank for International Cooperation (JBIC) (OLIVEIRA, 2014, *apud* GONÇALVES; OLIVEIRA, 2017a).

Em relação a São Paulo, Vigevani (2006) afirma que a partir dos anos 90, além de manter relações com órgãos internacionais – a exemplo do BID e BIRD –, o município manteve contatos constantes com cidades e regiões das mais variadas partes do mundo, com significado sobretudo cultural e simbólico, embora também visando parcerias de maior densidade.

Segundo Wanderley (2006 *apud* JUNQUEIRA, 2015, p. 79), a capital paulista apresenta “[...] uma Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas (SMRIF), cujos inícios remontam a 2004, [...], e que se atenta para diversas matérias, desde cooperação internacional até rede de cidades, assuntos federativos e cooperação bilateral”. Conta com um quadro de 45 colaboradores – motivo pelo qual apresenta um diferencial vantajoso em relação às demais Secretarias Municipais de Relações Internacionais (SMRIs) das cidades brasileiras – e, ainda, uma elevada capacidade técnica e profissional.

As áreas subordinadas à SMRI que compõem as RIs do município de São Paulo são a Coordenação de Assuntos Internacionais Bilaterais (CAIB), Coordenação de Assuntos

Internacionais Multilaterais e Redes de Cidades (CAIM), Coordenação de Missões e Projetos Especiais (CMPI), Supervisão de Assuntos de Governos Aberto (SAGA) e a Supervisão Administração Financeira (SAF) (SÃO PAULO, 2019). O Decreto que regulamenta suas atividades e funções é o de nº 58.162, sancionado em 26 de março de 2018, que trata, dentre outros aspectos, da maneira com que devem ser coordenadas, a respeito da assessoria para com o prefeito, da captação e prospecção de investimentos, além de realizar a manutenção dos projetos já em andamento (SÃO PAULO, 2018).

No que diz respeito a Porto Alegre, Nunes (2015) afirma que o Estado do Rio Grande do Sul desenvolve, desde 1987, atividades vinculadas à esfera externa – de forma institucionalizada –, dado que criou, nesse ano, a Secretaria Especial para Assuntos Internacionais (SEAI). O Decreto que regulamentava sua atuação era o de nº 32.515, firmado em 15 de março de mesmo ano, embora, quando em 1995, extinguiu-se com o governo que a sucedeu, dando origem a então Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais (SEDAI). Passando por novas mudanças, pode-se afirmar que uma das características da paradiplomacia nesse território é de não ter apresentado uma continuidade.

Segundo Salomón e Nunes (2007), Porto Alegre estabeleceu, em 1994, a Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos (Secar), que tinha por funções uma coordenação bastante abrangente quanto à agenda de relações internacionais no município. O gabinete captava recursos de agências – nacionais e internacionais – no intuito de, assim, financiar projetos voltados à infraestrutura ou de fins sociais. No entanto, destaca-se, em sua maioria, o recurso obtido por meio do Banco Mundial, BID e FONPLATA.

Com o tempo, o Gabinete de Captação de Recursos transformou-se em uma secretaria permanente, mas que, sob uma nova estrutura, apresentava agora também a Coordenadoria de Cooperação Internacional. Cada uma das seções continha três ou quatro funcionários de variadas formações, a exemplo de advogados, economistas e sociólogos, além do coordenador e pessoal de apoio administrativo (SALOMÓN; NUNES, 2007).

Para Junqueira (2015), os municípios de Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) – além de Guarulhos (SP) e Belo Horizonte (MG) – são aqueles que apresentam similaridade em sua estrutura internacional ou que possuem uma SMRI. No entanto,

Salomón e Nunes (2007) defendem que Porto Alegre e São Paulo foram os primeiros municípios que obtiveram êxito quanto à possibilidade de negociar acordos de forma direta por meio da constituição do Gabinete perante as agências internacionais, embora acordados com o governo central.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A globalização é conhecidamente um fenômeno que alterou a forma com que o ser humano vive e se relaciona, sendo que, a mais evidente das transformações é a relação que, por ela, se dá entre as nações, uma vez que estas estreitaram suas fronteiras e aproximaram-se de suas demandas e necessidades.

A paradiplomacia, mesmo que com uma variedade de conceitos, é entendida como aquela que permite, às partes, agregar ajuda aos que mais precisam financeiramente, dado que, pela colaboração que as instituições financeiras internacionais fornecem, torna-se possível melhorar as condições de infraestrutura e economia de um país.

Os municípios que já a institucionalizaram são, por exemplo, São Paulo e Porto Alegre e, ainda, o Estado do Rio de Janeiro, os quais se mostraram um êxito em suas estruturas para captação de recursos voltados aos seus projetos, por meio de organizações das mais variadas nacionalidades.

Percebe-se, assim, que os locais supracitados utilizam-se estruturas parecidas mas que, em comum, apresentam uma divisão de coordenadorias, secretarias e profissionais multidisciplinares para atuar em projetos voltados à melhoria da área de abrangência de sua administração.

***INTERNATIONAL FINANCIAL ORGANIZATIONS AND THE PARADIPLOMATIC  
INSTRUMENTALIZATION USED TO OBTAIN RESOURCES BY BRAZILIAN  
SUBNATIONAL ORGANIZATIONS (MEMBER STATES AND MUNICIPALITIES)  
BETWEEN THE YEARS OF 1984 AND 2018***

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, L. S. **De que forma o Brasil pode maximizar os resultados do aprofundamento de sua integração econômica?** 2018. 23 f. Projeto de Pesquisa (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3386/1/TCC%20Publica%C3%A7%C3%A3o%20Larissa.pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2019.
- ARAUJO, V. L de; *et al.* **O estado atual das instituições financeiras públicas para o desenvolvimento na América Latina: uma análise exploratória.** Rio de Janeiro: IPEA, 2011. 32 p. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1616.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1616.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- Banco Agropecuário (AGROBANCO). **Nós.** [Lima, 201-]. Disponível em: <<https://www.agrobanco.com.pe/nosotros/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- Banco Centroamericano de Integración Económica (BCIE). **Informação institucional.** [S.l., 201-a]. Disponível em: <<http://www.bcie.org/acerca-del-bcie/informacion-institucional/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o BCIE.** [S.l., 201-b]. Disponível em: <<http://www.bcie.org/acerca-del-bcie/>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). **BID lança chamada de propostas 2018 para financiar projetos regionais na América Latina e Caribe.** [S.l.], 22 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.iadb.org/pt/noticias/bid-lanca-chamada-de-propostas-2018-para-financiar-projetos-regionais-na-america-latina-e>>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- Banco Latino-americano de Exportações (BLADEX). **Comércio.** [S.l., 20--a]. Disponível em: <<https://bladex.com/en/trade>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. **História.** [S.l., 20--b]. Disponível em: <<https://bladex.com/en/about-bladex/history>>. Acesso em: 12 fev. 2019.
- BARRETO, P. H. História – Bretton Woods. **Rev. Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, ano 6, n. 50, 21 maio 2009. Disponível em: <[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2247:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 11 fev. 2019.
- BIANCHETTI, R. de S. Projetos de infraestrutura, como captar recursos externos. **E-Gestão Pública**, [S.l., 201-]. Disponível em: <<https://www.e-gestaopublica.com.br/captar-recursos-externos/>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

BRAGA, H. Comunidade do Caribe – CARICOM. **Rev. Inf. Legisl.**, Brasília, ano 21, n. 81, p. 131-146, jan./mar. 1984. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/186297/000406290.pdf?sequence=4>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. **Mercosul**. Brasília, [201-a]. Disponível em: <<http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-mercosul-focem>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério da Economia. Procuradoria-Geral da Fazenda. **Perguntas frequentes**. Brasília, 16 fev. 2010. Disponível em: <[http://www.pgfn.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/copy\\_of\\_perguntas-e-respostas](http://www.pgfn.fazenda.gov.br/aceso-a-informacao/copy_of_perguntas-e-respostas)>. Acesso em: 12 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Banco Mundial**. Brasília, [201-b]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Brasil participa de encontro do Banco de Desenvolvimento do Caribe**. Brasília, 19 maio 2016. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-internacionais/noticias/brasil-participa-de-encontro-do-banco-de-desenvolvimento-do-caribe>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Secretaria de Assuntos Internacionais. **Manual de financiamentos externos**: organismos internacionais de financiamento. Brasília: MP, 2013. 41 p. Disponível em: <[http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-internacionais/publicacoes/manual\\_financiamento\\_externo.pdf/view](http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-internacionais/publicacoes/manual_financiamento_externo.pdf/view)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

CADEMARTORI, L. H. U.; SANTOS, P. C. A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais. **Revista Brasileira de Direito**, [Passo Fundo], v. 12, n. 2, p. 71-81, jul./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

CASARIN, H. de C. S.; CASARIN, S. J. **Pesquisa científica**: da teoria à prática. Curitiba: InterSaber, 2012. 200 p.

CASTRO, T. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. 580 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria\\_das\\_Relacoes\\_Internacionais.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2019.

Corporação Andina de Fomento (CAF). **Sobre a CAF – o que fazemos**. [S.l., 201-]. Disponível em: <<https://www.caf.com/pt/sobre-caf/o-que-fazemos/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

DANTAS, L. F. A. **Paradiplomacia e a importância das cidades e estados nas relações internacionais**. 2011. 48 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1985/1/2011\\_LuisFranciscoAraujoDantas.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1985/1/2011_LuisFranciscoAraujoDantas.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

DECICINO, R. Organizações internacionais: Conheça as principais instituições multilaterais. **Uol**, Educação, [S.l.], 11 out. 2013. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/organizacoes-internacionais-conheca-as-principais-instituicoes-multilaterais.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

DE NITTIS, Louise. **Guia para projetos com financiamento externo: como captar, gerenciar e reportar. Analista de Marketing Digital**. s.d. Disponível em: <<https://www.e-gestaopublica.com.br/guia-para-projetos-com-financiamento-externo/>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

Fondo Latinoamericano de Reservas (FLAR). **Criação e Evolução**. Bogotá, [201-]. Disponível em: <<https://flar.net/creacion-y-evolucion/>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia da Prata (FONPLATA). **Institucional**. [S.l., 20--]. Disponível em: <<https://www.fonplata.org/fonplata/institucional.html>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

GODINHO, Rodrigo de Oliveira. **A OCDE em rota de adaptação ao cenário internacional : perspectivas para o relacionamento do Brasil com a Organização**. Brasília : FUNAG, 2018. 319 p. – (Curso de altos estudos). Trabalho apresentado originalmente como tese, aprovada no LXII Curso de Altos. Estudos do Instituto Rio Branco, em 2017. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/A-OCDE-EM-ROTA-DE-ADAPTACAO-AO-CENARIO.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

GONÇALVES, F. C. N. I.; OLIVEIRA, P. C. de. A política externa (sub)nacional: um estudo da paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro e de sua relação com o governo federal. **Conjuntura Global**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 94-115, jan./abr. 2017a. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjgloabl/article/view/51753/31972>>. Acesso em: 31 jan. 2019.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Relações Internacionais Subnacionais: um olhar sobre a paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro. In: RIO DE JANEIRO (Estado). Gabinete Civil. Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI). **Paradiplomacia no Estado do Rio de Janeiro – 2007-2017: Teoria e Prática**. Niterói: Imprensa Oficial, 2017b. p. 52-69. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=eda9d679-2e69-414d-986f-4ec9ef3e500c&groupId=2480801](http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=eda9d679-2e69-414d-986f-4ec9ef3e500c&groupId=2480801)>. Acesso em: 07 fev. 2019.

GUERRA, W. S. T. O desafio da paradiplomacia na América Latina. **Ceiri News**, São Paulo, 10 ago. 2015. Disponível em: <<https://ceiri.news/o-desafio-da-paradiplomacia-na-america-latina/>>. Acesso em: 14 fev. 2019.



Inter-American Investment Corporation (IIC). **ES3370A-01: Banco Multisectorial de Inversiones**. Washington, [201-]. Disponível em: <<https://www.iic.org/en/projects/el-salvador/es3370a-01/banco-multisectorial-de-inversiones>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

JACOBOVICZ, P. **O Brasil e a Globalização Financeira**. 2003. 53 f. Monografia (MBA em Estratégia e Gestão Empresarial) – Centro de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/49449/Paulo%20Jacobovicz.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

JUNQUEIRA, C. G. B. A criação das secretarias municipais de relações internacionais (SMRIS) como nova realidade da inserção internacional dos entes subnacionais brasileiros. **Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)**, [S.l.], n. 21, p. 71-84, set./dez. 2015. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_internacional/bepi21\\_art06.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_internacional/bepi21_art06.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

KONISHI, N. Y.; MENDONÇA, A. P. de; RIBEIRO, M. de F. B. Paradiplomacia nas Relações Internacionais: a importância da cultura como elemento transformador do cenário político internacional. **Conexões Culturais – Revista de Linguagens, Artes e Estudos em Cultura**, [Jaguarão], v. 1, n. 2, p. 284-301, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/146/35>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

LOURETE, A. de A. Regimes, governança e normas: Perspectivas construtivistas em Relações Internacionais. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, [João Pessoa], v. 1, n. 2, p. 120-134, 2010. Disponível em: <<http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/19/pdf>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

MANCHACA, Andrey Silva; RIBEIRO, Fernanda Machado; MALLMANN, Isadora Garcia; PEREIRA, Luiz Gustavo Müller. **O Fenômeno da Globalização sob a perspectiva da Teoria Crítica, Teoria Construtivista e Teoria Normativa**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Centro de Integração do MERCOSUL. Curso de Relações Internacionais. Teoria das Relações Internacionais II. Profº Daniel Carvalho. 2015. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/22141902/o-fenomeno-da-globalizacao-sob-a-perspectiva-da-teoria-critica-teoria-construtiv>>. Acesso em: 24 mar. 2019.

MADEIRA, Lígia Mori (Org.). **Avaliação de Políticas Públicas**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 254 p.; il. (Capacidade Estatal e Democracia). Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub\\_37.pdf](https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf)>. Acesso em: 23 mar. 2019.

MAIA, J. N. B. **A paradiplomacia Financeira dos Estados Brasileiros: Evolução, Fatores Determinantes, Impactos e Perspectivas**. 2012. 598 f. Tese (Doutorado em Relações

Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10948/1/2012\\_JoseNelsonBessaMaia.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/10948/1/2012_JoseNelsonBessaMaia.pdf)>. Acesso em: 30 jan. 2019.

MAURÍCIO, J.; KAYANOKI, L. **A LRF comentada e esquematizada**. [S.l.: s.n., 201-]. 86 p.

NUNES, C. J. da S. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. 2005. 162 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6142/000481417.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

OCDE (2018). A OCDE e o Brasil trabalhando juntos. OCDE Políticas melhores para uma vida melhor. 2018. Disponível em: <<http://www.oecd.org/latin-america/Active-with-Brazil-Port.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

PERPÉTUO, R. de O.; CERQUEIRA, B. Redes e associações internacionais de cidades e governos locais: uma reflexão crítica. In: RIO DE JANEIRO (Estado). Gabinete Civil. Subsecretaria de Relações Internacionais (SSRI). **Paradiplomacia no Estado do Rio de Janeiro – 2007-2017: Teoria e Prática**. Niterói: Imprensa Oficial, 2017b. p. 70-99. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=eda9d679-2e69-414d-986f-4ec9ef3e500c&groupId=2480801](http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=eda9d679-2e69-414d-986f-4ec9ef3e500c&groupId=2480801)>. Acesso em: 07 fev. 2019.

PLIHON, D. **A globalização financeira**. In: COLÓQUIO POBREZA, DÍVIDA EXTERNA E AS TRÊS INSTITUIÇÕES IRMÃS: FMI, BANCO MUNDIAL E OMC, 19-20 abr. 2007, Coimbra. Coimbra: [s.n.], 2007. p. 1-16. Disponível em: <[http://www4.fe.uc.pt/ciclo\\_int/doc\\_06\\_07/dominique\\_plihon.pdf](http://www4.fe.uc.pt/ciclo_int/doc_06_07/dominique_plihon.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2019.

RIBEIRO, M. C. M. **Globalização e novos atores: a paradiplomacia das cidades brasileiras**. Salvador: EDUFBA, 2009. 212 p. : il. Disponível em: <[https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12065/1/globalizacao-e-novos-atores\\_ri.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/12065/1/globalizacao-e-novos-atores_ri.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

RIO DE JANEIRO (estado). Gabinete Civil. Subsecretaria de Relações Internacionais/SSRI **Paradiplomacia do Estado do Rio de Janeiro - 2007-2017: teoria e prática / Mónica Salomón e outros** – Niterói, Imprensa Oficial, 2017. 280 p. Disponível em: <[http://www.rj.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=eda9d679-2e69-414d-986f-4ec9ef3e500c&groupId=2480801](http://www.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=eda9d679-2e69-414d-986f-4ec9ef3e500c&groupId=2480801)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

RODRIGUES, V. S.; VILLAS BOAS, G. Di L.; BASTOS, M. O. O impacto das instituições financeiras internacionais nas políticas de saúde no Brasil. In: SEMINÁRIO DE FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE. 7., 27-29 out. 2017, Maceió. **Anais...** Maceió: [s.n.], 2017. p. 1-10. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/anaisseminariofncps/article/view/4006/2842>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

ROSSONI, T. dos S. **Globalização financeira e a taxa de juros do Brasil: um estudo econométrico**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/168617/001044238.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 06 fev. 2019.

SALOMÓN, M.; NUNES, C. A ação externa dos governos subnacionais no Brasil: Os casos do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre. Um estudo comparativo de dois tipos de atores mistos. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 99-147, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n1/a04v29n1.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

\_\_\_\_\_, Mónica. **Teorias e enfoques das relações internacionais: uma introdução**. [livro eletrônico] Mónica Salomón. Curitiba: IntcrSaberes, 2016. Disponível em: <[https://www.academia.edu/32923578/Teorias\\_e\\_enfoques\\_das\\_rela%C3%A7%C3%B5es\\_internacionais\\_uma\\_introdu%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/32923578/Teorias_e_enfoques_das_rela%C3%A7%C3%B5es_internacionais_uma_introdu%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 24 mar. 2019.

SÃO PAULO. Relações Internacionais. **Competências e atribuições definidas por lei**. São Paulo, 30 nov. 2018. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes\\_internacionais/acesso\\_a\\_informacao/index.php?p=178838](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/acesso_a_informacao/index.php?p=178838)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Quem é quem**. São Paulo, 15 jan. 2019. Disponível em: <[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes\\_internacionais/acesso\\_a\\_informacao/index.php?p=222944](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/relacoes_internacionais/acesso_a_informacao/index.php?p=222944)>. Acesso em: 05 fev. 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2002. 335 p.

VIGEVANI, T. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: Estados e municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [São Paulo], v. 21, n. 62, p. 127-139, out. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n62/a10v2162.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

VILLELA, G. Conferência de Bretton Woods decidiu rumos pós-guerra e criou o FMI. **O Globo**, Economia, [São Paulo], 18 jul. 2014. Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/conferencia-de-bretton-woods-decidiu-rumos-do-pos-guerra-criou-fmi-13310362>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

YONEKURA, S. Y. Globalização financeira: aspectos positivos e negativos. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 263, 27 mar. 2004. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/5006/globalizacao-financeira-aspectos-positivos-e-negativos>>. Acesso em: 06 fev. 2019.